

# BRASIL: UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA – FRANCISCO DE OLIVEIRA, BOITEMPO, SÃO PAULO, 2018, 174p.

Tiago Fávero de Oliveira<sup>1</sup>  
Bruno Miranda Neves<sup>2</sup>

A edição da obra em análise se abre com a apresentação de Fabio Mascaro Querido e Ruy Braga, dentro da qual abordam tanto a trajetória pessoal de Francisco de Oliveira, quanto sua produção intelectual. Essa apresentação é fundamental, pois vemos que as biografias do autor e do Brasil se entrecruzam nas análises feitas. Merecem destaque os principais estudos que Francisco de Oliveira fez do Brasil: a análise do atraso como estratégia de dominação; a superexploração do trabalho; a superconcentração da terra e do dinheiro que destruíram a base social da civilização moderna; a crítica sobre a possibilidade de um arranjo capitalista claramente moderno; sem contar com a célebre figura do ornitorrinco; e com a noção de hegemonia às avessas.

A coletânea é composta por uma seleção de ensaios que já haviam sido publicados em outros lugares. Em sua totalidade, é possível perceber que o autor rompe com a pressa em entender o presente “per si” para realizar um recuo histórico importante, a fim de analisar as contradições do Brasil que interferem em seu destino, cujo futuro está congelado numa “presentificação permanente” (p. 25). Apesar da composição de ensaios independentes, a obra tem um eixo comum: o debate sobre os fundamentos do capitalismo periférico e suas manifestações no Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutorando (PPFH/UERJ). Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/UFJF). Professor EBTB Filosofia Campus Santos Dumont - IF Sudeste MG. Endereço eletrônico: tiago.oliveira@ifsudestemg.edu.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo PPGEduc da UFRRJ. Doutorando na UERJ. Endereço Eletrônico: bmirandaneves@yahoo.com.br

É interessante assinalar que o sociólogo teve em Celso Furtado uma liderança política e intelectual, tendo inclusive o assessorado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além do diálogo com Furtado, também iniciou interlocuções com outros pensadores de proa da condição brasileira, tais como Octavio Ianni e Paul Singer no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), na época anterior ao golpe civil-militar de 1964. Considerando que Furtado e o pensamento progressista da época estavam imbuídos das ideologias do desenvolvimento -, embora realizando uma crítica aos seus limites, ao apontar que o subdesenvolvimento latino-americano é a expansão do capitalismo para suas ex-colônias -, entendemos que Chico de Oliveira rompe parcialmente com este legado ao propor o conceito de capitalismo dependente como chave de análise da nossa formação social, porque frisa o cariz desigual do progresso econômico.

Tendo vasta produção científica e fortes vínculos com movimentos políticos sociais que lutavam pela independência e autonomia nacionais, vislumbrou há décadas o papel do Estado como indutor do progresso científico-tecnológico e educacional. A esse respeito, se aproxima de Florestan Fernandes – seu contemporâneo – que também não comungava da crença nas visões etapistas e dualistas do desenvolvimento econômico. Dito de outro modo: ambos asseveraram que os setores dinâmicos e modernos da produção se alimentavam da atualização de fenômenos arcaicos e pré-capitalistas no setor agrário-exportador e na informalidade do mercado de trabalho.

Interpretamos que tanto Chico quanto Florestan priorizavam as formas pelas quais a burguesia e o imperialismo reforçavam aspectos pré-capitalistas das relações de classes para aumentar a acumulação, que se articula com a produção moderna e ultramoderna em determinados espaços urbanos do Brasil. Nesse sentido, antecipamos que para o autor do conjunto de textos que compõem este livro, a dependência econômica, política, tecnológica e cultural tem mais que ver com a superexploração e a indigência

dos que vivem do trabalho do que com as relações entre o Brasil – e seus irmãos latino-americanos – e os países imperialistas.

O livro se abre com o ensaio “O adeus ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil”, que apresenta uma análise dos “dolorosos e cruéis” (p. 27) processos de formação do novo mundo, dentro do qual se encaixa o caso brasileiro. O autor retoma aqui a influência de Caio Prado Jr. na compreensão da colonização mercantil, apontando questões da relação da escravidão na formação da elite brasileira (Gilberto Freyre) e na análise comparativa das colonizações portuguesa e espanhola (Sérgio Buarque de Holanda) na América Latina. Identifica que o novo provocou o renascimento do velho. Isso fica claro no caso brasileiro: latifúndio, monocultura, escravidão e patrimonialismo produzem consequências até os dias atuais.

As diferenças nos tipos de colonização da América Latina por Portugal e Espanha, tal qual sublinhada pelo autor, permitem refletir sobre o lugar do nosso país no subcontinente. Com a afirmação de que “somos menos latino-americanos que nossos vizinhos” (p. 33), o professor pernambucano apresenta uma série de diferenças entre nós e nossos vizinhos, destacando além do idioma, a ausência de um herói histórico antiportuguês ou a favor da independência, dada a incipiência dos movimentos por libertação. A tentativa de reorganizar uma identidade latino-americana através do MERCOSUL também recebe crítica na obra, uma vez que “a integração não é um projeto que possa ser conduzido pelo mercado” (p. 39).

Avançando na perspectiva histórica, Francisco de Oliveira analisa o projeto de desenvolvimento nacional – a partir do slogan político de Juscelino Kubitschek – com todas as suas contradições e vícios. O sistema político anacrônico da Primeira República, que tratava questões sociais como casos de polícia, já sinalizava para as dificuldades não enfrentadas durante este processo. O Estado centralizado – defendido e fortalecido durante a Era Vargas – é interpretado, aqui, a partir do conceito gramsciano de revolução passiva, dado que “Vargas foi o verdadeiro construtor da ampliação da dominação burguesa de classe no Brasil” (p. 46), sendo, também, aquele que concedeu alguns direitos à classe trabalhadora como mecanismo de

conformação social e hegemonia seletiva. Retornando a JK, apesar de todos os apelos para a modernização e industrialização do país, a velha estrutura agrária brasileira continuou intocada.

O texto parte para uma análise das resistências e do movimento sindical brasileiro, a partir da experiência da região do ABC Paulista, que oscilava entre o modelo americano e o modelo europeu e trazia avanços e retrocessos para a construção do país. Ao tratar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), fica evidente o argumento de que o movimento da clandestinidade para a ilegalidade foi decisivo para a construção da resistência e da identidade de esquerda, como decorrências do próprio enfraquecimento do PCB. A politização dos movimentos de resistência à ditadura gera condições para a reorganização do pólo do trabalho e para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) – um partido de origem sindicalista e social-democrata – empurrado para a esquerda pela crise da ditadura e pelo movimento de redemocratização.

O primeiro ensaio do livro se encerra com a constatação de que aquele que era o país do futuro vive o subdesenvolvimento como marca fundamental da crise do capitalismo periférico. O Brasil se despede do futuro porque o futuro já está presente: “o futuro chegou porque o subdesenvolvimento já não era uma singularidade, a forma própria de expansão do capitalismo na periferia” (p. 73). Tal crise se torna perene quando a educação – apartada da realidade concreta dos pobres – se ocupa apenas em desenvolver um mecanismo de legitimação do subdesenvolvimento, e quando o Estado se aproxima de se transformar num Estado policial ou meramente assistencial. Ao invés de questionar as estruturas da pobreza, a nação se ocupou com práticas negociais que iam do assistencialismo à repressão policialesca, dentro das quais “a vida do pobre no Brasil transitava entre o azar e a sorte” (p. 77).

No segundo ensaio, “Quem canta de novo l’Internationale?”, Chico de Oliveira reflete sobre as especificidades do sindicalismo brasileiro na transição da ditadura militar para a nova república, destacando o contexto político das eleições de 1989. A questão de fundo é o apoliticismo das

organizações sindicais que se adaptaram ao pacto fordista sem contestar nem desafiar o sistema capitalista. A partir de novas regras fiscais que alteram a configuração do setor automobilístico no governo Itamar Franco, descobre-se uma nova forma de fazer política, mediante a participação de movimentos sociais e trabalhadores que articulam pautas e propõem reformas.

A partir de um acordo conservador e neoliberal, Fernando Henrique Cardoso (FHC) abandona o modelo anterior para governar a partir de uma lógica na qual a “privatização da vida é a eliminação da política no sentido da pólis grega” (p. 96). Instaure-se uma política de privatizações que, além da reconfiguração dos campos público e privado, gera crises sociais (como nos episódios citados: apagão elétrico e agravamento da seca no Nordeste), além de resultados econômicos negativos. Neste contexto, em que a privatização radical “anula a possibilidade da própria política” (p. 107), Francisco de Oliveira sinaliza para a atuação sindical no Brasil, seus limites e contradições. Numa situação de “exceção permanente” (p. 112) e de crise do sindicalismo (cujas lideranças acabaram incorporando funções dentro da nova organização neoliberal do capitalismo), como tática, o autor propôs um novo contrato nacional, inspirado na experiência da câmara setorial metalúrgica – em que Estado, empresariado e sindicalismo pactuavam formas de reprodução da sociabilidade. Tal contrato não prevê a contestação do regime nem uma mudança política radical, mas apenas uma estratégia para “refazer as forças da própria central e do sindicato” (p. 111). O que se observa aqui é uma análise sobre as relações entre sindicalismo, partidos políticos, aparelhos da sociedade civil e Estado no âmbito de transformações políticas e sociais do Brasil.

O próximo ensaio do livro, intitulado “Hegemonia às avessas” parte de estudos sobre a reeleição do presidente Lula da Silva em sua disputa com o tucano Geraldo Alckmim. Oliveira destaca a articulação política que foi costurada para a vitória petista e a perda de consistência política dos partidos, episódio no qual “Lula distanciou-se ostensivamente do PT” (p. 116). Assim, o governo Lula teria representado a inversão do conceito

gramsciano de hegemonia, uma vez que “enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (p. 119). Tal tese fica visível quando se observa que, não obstante a implementação de políticas assistenciais do governo petista (como, por exemplo, o Bolsa Família), a ideologia neoliberal prevalece na direção política e econômica do governo, isto é, na composição com setores historicamente privilegiados e na repartição das sobras com a classe trabalhadora, numa continuidade da gestão da pobreza que não rompe com a ortodoxia neoliberal.

O que acontece é uma despolitização da pobreza em que se nega a conflitividade das relações sociais de classes. Além disso, o autor afirma que “Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil” (p. 119) para, não apenas anular as esquerdas - e toda tentativa de oposição ao governo -, como também para construir um fenômeno novo, que não pode ser comparado nem ao patrimonialismo, nem ao patriarcalismo e nem ao populismo. Dessa forma, mantém-se uma política da aparência (parece que os dominados são capitalistas, parece que eles comandam a política e parece que a economia está estabilizada). Assim, o que se percebe é que a classe dominada chega a nichos do aparelho de Estado, espaços de poder, através de um operário e sindicalista para legitimar e aprofundar a dinâmica de exploração implementada pela classe dominante.

Constata-se, portanto, uma postura crítica e minoritária no ambiente político e intelectual inaugurado com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Executivo Central. Outras figuras importantes do pensamento crítico – Maria da Conceição Tavares, Emir Sader, André Singer etc. – permaneceram dando sustentação ao bloco no poder, enquanto Francisco de Oliveira rompeu com o PT e se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na perspectiva de uma crítica que superasse a conciliação de classes nos termos praticados pelos partidos governistas.

Em “O avesso do avesso”, Francisco de Oliveira procura avaliar os resultados que a hegemonia às avessas produziu durante os governos Lula. Para isso, ele recupera vários eventos históricos que formaram o Brasil para

sinalizar que sempre foram implementadas reformas aparentes e não estruturais, a partir das quais prevaleceu a continuidade e não a ruptura. Nos eventos da abolição da escravidão, Proclamação da República, Revolução de 30, Golpe Militar e Redemocratização, o que se observa é um programa de continuidade e manutenção de privilégios e desigualdades. Citando Luiz Jorge Werneck Vianna, o autor afirma que “não se governa o Brasil sem o concurso do atraso” (p. 124), sinalizando para a necessidade de acordos pragmáticos em nome de uma governabilidade alinhada aos anseios de uma classe política conservadora, violenta e reacionária.

O pacto pelo alto referendado como o fim da ditadura militar, que culminou com a eleição indireta de um “civil mais conservador que o próprio general” (p. 127), permanece firme, mesmo com a eleição de Lula, que mantém e aprofunda o ciclo neoliberal aberto por Collor e aprofundado por FHC. Num contexto em que “a política não só é substituída pela administração, mas se transformou num espetáculo diário” (p. 129), Lula não só aprofunda a exploração capitalista como também impede o desenvolvimento de forças sociais capazes de resistir a este movimento, dentro do que o autor identifica como um pragmatismo lulista. A consequência disso é a gestação de um sistema neoliberal radicalizado que pode, a qualquer momento, dispensar a própria democracia. Afinal, aqui a regra são os golpes, a concentração despótica do poder e a democracia liberal burguesa uma exceção duramente conquistada e mais arduamente mantida.

Cabe frisar que os golpes de 2016 – deposição da Presidenta Dilma Rousseff -; a Operação Lava Jato; o golpe eleitoral de 2018 que impediu a candidatura de Lula da Silva confirmaram não apenas as constatações sobre o tempo pretérito, como anteciparam a consumação, renovada, da cultura golpista e autoritária que nos caracterizam.

No pequeno ensaio “A clonagem”, Francisco de Oliveira faz uma rápida e profunda análise do início do governo Dilma Rousseff. Segundo ele, diante da falta de nomes genuinamente petistas (porque foram chamuscados pelas investigações sobre o mensalão), Lula clona sua candidatura na figura de Dilma. Aquela candidatura foi feita para “anular a política por meio de uma

coalizão de interesses que negava a luta de classes, da qual Lula nunca gostou, apesar de ter crescido dentro dela” (p. 134). Dentro desta coalizão de interesses em que a miséria é transformada em ativo financeiro, Dilma teve que dar conta de atender a interesses diferentes dentro de uma coalização artificialmente construída. Como previa Chico, o governo Dilma teve dificuldades para se manter em pé por muito tempo – mesmo que tenha se mantido na direção do Brasil na rota do capitalismo total.

“Jeitinho e Jeitão” é o último ensaio que integra a coletânea. Nele, Francisco de Oliveira pretende analisar o Brasil a partir da perspectiva aberta por Norbert Elias, em sua análise da sociedade alemã. Neste caminho, o autor afirma que o jeitinho/jeitão brasileiro é um “peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los” (p. 138). Citando vários cientistas sociais brasileiros (de Gilberto Freyre a Roberto da Matta, passando por Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Antonio Candido), Chico mostra o diferencial de sua análise ao afirmar que “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas” (p. 139). Aqui é perceptível a convergência com ideias como a de Roberto Schwarz, acerca da “mandragem brasileira” e da criatividade para contornar problemas sem solucioná-los.

O autor cita vários exemplos da história brasileira para confirmar sua tese acerca do jeitinho: a construção da figura do malandro carioca, a transferência da capital do Rio para Brasília, as leis relacionadas à abolição da escravidão e até a legislação trabalhista inaugurada por Vargas. Em todos estes casos, segundo o autor, prevalece o jeitinho que produz a informalidade, ou seja, aquilo que vive à margem das formas e das regras. Burla-se a lei/norma para instituir um jeitinho de se viver na informalidade: “a burla é uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade” (p. 140). O resultado disso é uma informalização e precarização das relações sociais (sobretudo de trabalho), dentro das quais as pessoas sobram, são como “resquícios de relações não mercantis, não cabem no universo da



civilidade” (p. 144). É por conta disso que o trabalho informal se torna estruturante e central para o capitalismo brasileiro, estando presente em várias formas, tanto no universo micro quanto macrosocial para dinamizar a apropriação do sobretrabalho e dificultar a organização da força de trabalho para ao menos frear os caminhos do capital financeiro.

O livro se encerra com uma seleção de falas de Francisco de Oliveira sobre temas variados a partir de uma entrevista dada em 2007. Desde aquelas entrevistas, percebe-se, mais uma vez, a grandeza e a atualidade da análise do livro resenhado. A biografia não autorizada do Brasil é uma leitura obrigatória não só para visitar o pensamento do autor, mas também para auxiliar no entendimento do Brasil atual. Temas como o papel de Lula e do Lulismo; o projeto político progressista da esquerda a partir das críticas feitas ao PT pelo PSOL; o lugar dos movimentos sociais revolucionários e sua crise ao longo do tempo; os golpes e as ameaças à democracia são essenciais para a leitura do contexto social brasileiro.

O inconformismo que marcam a vida e a obra de Chico ao denunciar a simbiose entre dimensões arcaicas e modernas de extração do sobretrabalho, propondo a sua superação radical, talvez seja o maior legado de nosso autor; um legado cuja persistência confessam na práxis o compromisso com a resolução socialista de nossos problemas. Isso porque, está nitidamente colocado nesta e em outras publicações que a disjuntiva que se coloca é entre o socialismo e o fascismo – num ponto de contato com outro importante intelectual do sul, nosso saudoso Theotonio dos Santos.

Se a hegemonia do capital financeiro transforma a exceção em regra, o conhecimento crítico e profundo sobre seus nexos exigem o aprofundamento de estudos e da militância. Mais que isso, colocam em evidência a necessidade de consulta às mais variadas vertentes do pensamento para combater criativamente os desafios do presente; desafios esses que se revestem da urgência em desatarmos os nós da exploração e das opressões que nos mantiveram em uma situação que, até o momento, inviabilizou o ingresso na ordem social moderna.

A qualidade da seleção e da edição desta biografia não-autorizada do Brasil permite aos estudiosos das realidades nacional e latino-americana confrontar a obra de Chico com a de outros pesquisadores e correntes de pensamento que se dedicaram ao conhecimento e à mudança de nossa condição histórica. Isto inclui tanto aqueles que bebem nas fontes cepalinas, quanto na Teoria da Dependência, na Teoria Marxista da Dependência etc., porque o exercício que nos propusemos realizar, o da exposição resumida do livro, pode servir de mapa aos que se dedicam a confrontar as raízes das injustiças que teimam em se ampliar e diversificar.

Dentro de uma pandemia, em um governo negligente, negacionista e que flerta com o autoritarismo, a leitura da obra de Francisco de Oliveira é essencial para forjar caminhos em meio à crise. Caminhos que só podem ser pavimentados pelo profundo conhecimento do real e por ações contundentes e articuladas que criem possibilidades outras de desenvolvimento e de civilização.

### Referências

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.